

Eleição Presidencial

Governo quer retomada de crescimento

■ Em eventual segundo mandato, FH usará bancos oficiais para financiar setores dinâmicos da economia com juros internacionais

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA – O eventual segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso será pautado por uma nova política de desenvolvimento, impulsionada, num primeiro momento, pelos bancos oficiais federais – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essas instituições deverão financiar setores dinâmicos da economia – geradores de produção e emprego – com taxas de juros internacionais. Algo na casa dos 6% nominais, que é uma taxa subsidiada se comparada com os juros cobrados para os títulos públicos, mas ainda é um juro real frente à inflação anual da ordem de 1,8%.

A agenda de discussões para a retomada do crescimento econômico es-

tá a pleno vapor e é isso que movimenta os cérebros de alguns dos principais economistas do comando do governo. A urgência da retomada do crescimento – freado em nome da estabilização da moeda – foi recolocada após o susto que o presidente da República tomou, há poucas semanas, quando viu seu nome despencar nas pesquisas eleitorais. Naquele momento, ficou claríssimo para Fernando Henrique que é preciso dar “esperanças” para a sociedade brasileira, atemorizada pelo desemprego. “Chegou a hora de sairmos da defesa e jogarmos um pouco mais no ataque”, resumiu um alto funcionário do governo.

Crescimento – Crescer, e de preferência já apresentando resultados no próximo exercício, caso reeleito, passaria a ser o discurso mais importante agora, a três meses das

eleições. Não que a estabilidade da moeda venha a ser deixada de lado, nem que o presidente esteja considerando esse um processo consolidado e encerrado. Mas, além da macro-economia, é necessário cuidar de colocar o país para funcionar. E, para isso, é preciso estabelecer com clareza e determinação uma política industrial, de comércio exterior e de crédito a juros mais baixos.

Essa é a primeira etapa da discussão, que será seguida da concepção de uma estrutura de governo capaz de implementar a nova agenda econômica e, mais adiante, os nomes que deverão ser colocados nos postos-chaves para cumprir essa estratégia.

Para usar os bancos oficiais como agentes de financiamento da produção, a primeira providência seria retirá-los da gerência dos ministérios que

cuidam da macro-economia e que se dedicariam à consolidação do Real. A Caixa, que concentra os financiamentos para saneamento básico e habitação, deverá estar vinculada ao ministério que estabelece as políticas nessas áreas. O mesmo ocorrendo com o BNDES, que vai tratar da indústria – nacional ou estrangeira – da infraestrutura, do comércio exterior e de investimentos sociais, que saíria da esfera do ministério do Planejamento, e com o BB, responsável pelos financiamentos à agricultura, pequenas e médias empresas comerciais e também do BNDES no comércio exterior, que seria deslocado da esfera do ministério da Fazenda.

Trata-se, portanto, de acabar com a hegemonia da equipe econômica que cuida da estabilidade do Real e esta dividir o poder com áreas do governo

que vão voltar suas atenções para a microeconomia. A função dos bancos oficiais seria transitória, até que o sistema financeiro doméstico comece a aprender a operar com crédito mais barato e de longo prazo. Lição que aprenderiam com os bancos estrangeiros que abriram suas portas aqui. Como decorrência, idéias anteriores de privatização do BB estão engavetadas.

Estabilidade – O embate entre estabilidade da moeda e retomada do crescimento econômico tem estado presente desde o início do governo. A necessidade de políticas industrial e de comércio exterior – debate que, em tese, gera fastio aos adeptos da doutrina liberal – vem sendo defendida por alguns tucanos desde o primeiro dia de governo FH, liderados pelo ex-ministro do Planejamento e hoje ministro da Saúde, José Serra. Esse assunto

mal resolvido, ao que parece, está à beira de uma reviravolta. As primeiras conversas com o presidente da República começaram antes da crise asiática enterrar os planos de retomada mais vigorosa do crescimento econômico. Agora, como Fernando Henrique sentiu na pele a possibilidade de deixar cargo no dia 31 de dezembro, o debate voltou com mais força. Os personagens que estão na vanguarda da montagem da política econômica e do novo organograma de governo para um segundo eventual mandato, porém, ainda são bastante restritos.

A diferença, dessa vez, é que o presidente está mesmo inclinado a avançar além da conquista de uma moeda estável e essa intenção deverá embalar a campanha eleitoral da coligação que apóia Fernando Henrique, bem ao gosto dos políticos.